MOVIMENTOS SOCIAIS

O governo eleito ainda não foi formalmente empossado mas já recebeu recados importantes dos movimentos sociais, que aparentam mostrar que a vida não será fácil para aqueles que querem aproveitar a vitória eleitoral para impor autoritarismo e retrocessos ao Brasil.

Tempos de autoritarismo e austeridade

A narrativa do presidente eleito aponta para uma grave confrontação contra os movimentos sociais. Um exemplo é a construção da ideia de que o MST precisa ser combatido em nome da "paz" no campo. Como se fosse responsabilidade do movimento, e não da desigualdade, a dura realidade no campo brasileiro.

Essa situação não é dada por acaso ou por mera ignorância dos vitoriosos nas últimas eleições presidenciais. Para esconder a desigualdade como o principal problema do país, é preciso que se crie um inimigo alternativo comum à nação. Nesse processo simbólico, PT e movimentos sociais são apresentados como os responsáveis pelas dificuldades políticas que o Brasil viveu nos últimos anos.

Uma ideia dessa natureza não se constrói apenas pelos impropérios do presidente eleito nas redes sociais ou nas suas histéricas entrevistas. Parte da mídia, do Poder Judiciário e dos militares compõem um consórcio de poder que se estrutura com esse embate. Isso aponta para duas questões fundamentais: o governo eleito precisa manter essa chama do inimigo nacional acesa para agregar os seus diferentes pontos de apoio; por outro lado, os movimentos sociais tradicionais, talvez pela primeira vez em sua história pós Constituição Cidadã, enxergam enormes dificuldades de proteção institucional e se deparam com o desafio de defender a sua própria existência.

Os primeiros atos já da transição apontam que a resposta a esse inimigo criado artificialmente serão o autoritarismo e a austeridade. No caso desse último mês, exemplificamos o autoritarismo pela tramitação do projeto Escola sem Partido, e a austeridade pela tentativa de retomada da pauta da Reforma da Previdência.

A resistência à Escola sem Partido

A cerimônia de encerramento da terceira Conferência Nacional de Educação (Conae), com a presença de milhares de educadores de todo o país, foi marcada pelo protesto contra o movimento Escola sem Partido – movimento traduzido em projeto de lei alvo de disputa no Congresso Nacional nos estertores de 2018.

Envolta pelo temor de que possa ser a última antes de um período de interrupção do diálogo social, a terceira Conae, frisou que o projeto Escola sem Partido será um duro golpe no caráter plural da escola, espaço do contraditório e do debate. Será, na verdade, a tentativa de estabelecer a política de Escola com Partido Único, como definiram alguns dos participantes da Conferência, encerrada em 23 de novembro, após três dias de debates.

A proposta tem recebido oposição em diversas frentes. Um grupo de 87 entidades representativas da educação de diferentes países divulgou manifesto, também na penúltima semana de novembro, atacando a ideia. Reunidas na sexta Assembleia Mundial da Campanha Global pela Educação, as entidades exortam os estados nacionais a resistirem a "estas tendências regressivas e refutem estas práticas persecutórias e violadoras de direitos humanos, que têm o controle como princípio e finalidade". E defendem que a educação deve ser pública, gratuita, laica, inclusiva e de qualidade para todos, capaz de promover a cidadania e colaborar para a realização plena de todas as pessoas.

Por aqui, jovens coletivos fazem coro aos movimentos sociais históricos e denunciam a agressão aos direitos humanos e o ataque ao conhecimento representados pelo projeto. Um deles é o "Transforma MP", que reúne trabalhadores do Ministério Público das três esferas de governo. Entre eles, cem promotores que prometem fazer de tudo para barrar a implementação das medidas, caso sejam aprovadas por deputados e senadores.

Para defender os educadores e educadoras de práticas de "deduragem" e controle, típicas de ditaduras, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação (CNTE-CUT) promete resistir. Em novembro, organizou a militância para pressionar parlamentares durante audiências públicas que debatem o projeto. Entidades já se mobilizam, como o sindicato dos professores universitários da Bahia, que em novembro lançou cartilha que orienta como se proteger de intimidações e assédio.

A Escola sem Partido ganhou até mesmo um crítico inesperado, Olavo de Carvalho, ideólogo da extrema-direita, que em seu canal do youtube chegou a classificar os defensores do projeto de integrantes de uma "classe média ignorante". Mais do que achar que tal iniciativa não terá eficácia se implementada por intermédio de projeto de lei, ele criticou o cerne de seu conteúdo, a vigilância e a delação contra professores. Afinal, como professor, deve imaginar o quanto dói um "cala boca", por mais que os opositores tenham vontade de dizê-lo.

Essa luta continua muito dura. O elemento da tentativa de censurar os professores e professoras, dizendo a eles o que pode e o que não pode ser dito em sala de aula é, institucionalmente, tido como um ataque à liberdade de cátedra. No entanto, a dificuldade de se gerar proteção institucional contra os ataques vindos das próprias instituições é severa. Isso significa dizer que o embate deve ganhar novos ares, e ganhar a sociedade através da ideia de que a educação é libertadora. Para além da necessária responsabilidade histórica das universidades, das escolas, dos docentes, e até mesmo dos alunos do Brasil, essa luta só será vencida se a imposição desse projeto se mostrar uma derrota contundente do governo eleito.

A resistência à Reforma da Previdência

A primeira conversa oficial entre o atual presidente golpista e o presidente eleito foi um verdadeiro convescote entre amigos. Tudo pareceu muito natural, afinal golpes de Estado e autoritarismo andam juntos. E como não podia deixar de ser, as barbaridades não tardaram a aparecer. A maior delas talvez tenha sido a ideia de se aprovar, ainda neste ano, a Reforma da Previdência.

Seguindo a linha de penalização dos mais pobres e dependentes do sistema de seguridade social, a proposta teve novamente o seu espaço na agenda pública, e já apontou um processo relevante de resistência.

Em 12 de novembro, na sede do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), todas as centrais sindicais do Brasil anunciaram a construção de uma campanha permanente contra a Reforma da Previdência. CUT, CTB, Intersindical, CSB, CSP-Conlutas, NCST, UGT, CGTB e Força Sindical se uniram já em manifestações em todo o Brasil no dia 22 de novembro, em locais de trabalho e nas ruas para retomar a disputa que foi responsável pela organização de uma contundente greve geral em abril de 2017.

O movimento da greve geral foi a maior mobilização sindical do último período e só foi possível por conta de uma complexa articulação conjunta de todas as centrais sindicais. A convergência entre as entidades contra a reforma é a maior prova do quanto de fato esse movimento é nefasto para a classe trabalhadora.

Essa unidade de luta é outro importante sinal para o atual momento. A construção de ações conjuntas de movimentos sociais, partidos de esquerda, movimen-

tos autônomos, e a defesa da democracia dependem fundamentalmente da capacidade de diálogo desse campo, mas também precisam apontar para uma construção efetiva de ações.

Esse argumento parece óbvio, mas não é. Enquanto a "frente ampla" for uma construção meramente especulativa, ela não possuirá função alguma. Os sinais dos movimentos sociais apontam que o esforço do diálogo e da representatividade precisa ir além das razões institucionais, e ganhar um corpo de prática real, internamente e no debate com a sociedade.

Há inúmeras contradições em todo esse processo. Sem propostas de soluções dramáticas, é preciso entender a atual dinâmica do tecido social, especialmente periférico do Brasil. Uma parte muito relevante do povo brasileiro recusou o projeto que venceu as eleições, mas uma parte também relevante aceitou esse projeto. Com dois mundos tão distantes, começar a entender as razões e o pensamento do outro pode ser um início. Frentes amplas só existem se a amplitude dos olhares assim as justificarem.